

Seminário exclusivamente presencial

Direito à Proteção Integral: Orfandade de Crianças e Adolescentes no Brasil

27 de fevereiro de 2023 (segunda-feira), das 9h30 às 17h30

LOCAL: AUDITÓRIO QUEIROZ FILHO (Sede do MPSP)

(Rua Riachuelo, 115 – Térreo – Centro – São Paulo – SP)

***Justificativa:** "A proteção de crianças e adolescentes põe a orfandade como expressão de desproteção social. Não há um estatuto que trate desta condição e das desproteções que ela instala. Não há um banco de dados, na Justiça, que articule Cartórios de Registro Civil e Varas da Infância e Juventude para que se determine as características (sexo, idade, etnia) de crianças e adolescentes sob orfandade. Não há dados sobre a incidência da orfandade, como localização territorial, tipo e causas. Não há dispositivos que vinculem a orfandade ao acesso à proteção integral social e também faltam paradigmas para identificar e prover as necessidades materiais e imateriais das crianças e jovens afetados. A orfandade em crianças e adolescentes, dependentes de cuidados, não é natural. Resulta de situação agravada por doença grave, acidente, crime ou calamidade. Embora a orfandade possa decorrer de algo coletivo, como uma calamidade, também pode decorrer de um crime, como um feminicídio. Tal distinção não admite que se pense que a desproteção criada pela orfandade não transite do privado para o público, considerando as garantias da proteção social e integral à criança e ao adolescente. Tal proteção não pode limitar-se ao benefício monetário à criança carente ou ao acesso à herança à criança abastada. A arbitragem de cuidados deve ir além e cuidar dos vínculos de vivência."*

9h30 – I - Abertura:

José Carlos Cosenzo – Procurador de Justiça. Subprocurador-Geral de Justiça de Políticas Criminais do Ministério Público do Estado de São Paulo, representando o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça.

Motauri Ciocchetti de Souza – Procurador de Justiça. Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado São Paulo.

Paulo Sérgio de Oliveira e Costa – Procurador de Justiça. Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público de São Paulo - CEAF/ESMP. Presidente do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos - CDEMP.

Mário Augusto Vicente Malaquias - Procurador de Justiça. Secretário Especial de Projetos Institucionais do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Richard Pae Kim - Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH.

Renato Simões - Secretário Nacional de Participação Social da Presidência da República.

Mirella De Carvalho Bauzys Monteiro - Promotora de Justiça do MPSP. Membro auxiliar da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Rafael Pitanga Guedes - Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado de São Paulo.

Eduardo Dias de Souza Ferreira – Procurador de Justiça do MPSP. Professor da PUC/SP. Membro do Grupo de Pesquisa de atenção aos Direitos da Criança e do Adolescente – PUC/SP

Reinaldo Cintra Torres de Carvalho – Desembargador. Coordenador da área da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo. Presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e Juventude – ABRAMINJ, representando o Exmo. Doutor José Maria Câmara Júnior - Desembargador. Diretor da Escola Paulista da Magistratura.

Guilherme Krahenbuhl Silveira Piccina - Defensor Público. Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

10h – Pronunciamento de Abertura

Richard Pae Kim - Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH.

Renato Simões - Secretário Nacional de Participação Social da Presidência da República.

III - Mesas

10h30 – 12h30 - Mesa 1: Reconhecimento e Visibilidade da Orfandade de Crianças e Adolescentes no Estado Brasileiro

***Ementa:** o trato da orfandade da infância e juventude no âmbito da Justiça e da defesa dos direitos da Infância e da Juventude.*

Presidente de Mesa:

Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva - Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional de Santana,

Expositor:

- **O Registro da Orfandade pelos Cartórios de Registro Civil**

Jones Figueiredo Alves – Desembargador Emérito do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Membro Acadêmico Fundador da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC). [\(participação on-line\)](#)

Debatedores:

- **A Experiência da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Campinas sobre a Proteção da Orfandade da COVID-19**

Andrea Santos Souza - Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas (área protetiva). Assessora Descentralizada do Núcleo da Infância e Juventude do Ministério Público do Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva do Ministério Público do Estado de São Paulo.

- **A Experiência do Ministério Público do Estado do Maranhão – MPMA para Registro da Orfandade da COVID-19**

Marcio Thadeu Silva Marques - Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Maranhão - CAOp-IJ.

- **Sistema de Justiça e o Reconhecimento da Orfandade**

Iberê de Castro Dias – Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Assessor da Corregedoria Geral de Justiça na Área da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil.

12h30 – INTERVALO/ALMOÇO

14h30 – 16h - Mesa 2: Singularidades da Proteção Integral da Orfandade

Ementa: proteção da infância e juventude brasileira sob orfandade um compromisso com a proteção integral e a prioridade absoluta

Presidente de Mesa:

Ligia Mafei Guidi - Defensora Pública. Coordenadora do Núcleo Especializado de Infância e Juventude - (NEIJ) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Expositores:

- **Defensoria Pública de São Paulo e a Proteção Integral da Orfandade**

Gustavo Samuel da Silva Santos - Defensor Público. Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Infância e Juventude - (NEIJ) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. ([participação on-line](#))

- **Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA**

Dayse Cesar Franco Bernardi – Psicóloga. Mestre em psicologia social-PUC/SP. Especialista em Psicologia Jurídica (CFP) e em Violência Doméstica. Membro do Comitê Gestor do Núcleo de Estudos sobre Criança e Adolescente – NECA. Representante do Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

- **Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS**

Elias de Souza Oliveira – Assistente Social. Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS no Estado do Paraná. ([participação on-line](#))

Debatedoras:

- **Promotoria de Justiça de Infância e Juventude da Capital - Difusos e Coletivos**

Luciana Bergamo – 16ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de São Paulo na Capital

- **Implicações da Orfandade no desenvolvimento de crianças e adolescentes.**

Ana Cristina Ribeiro Zollner - Médica Pediatra e Bioeticista. Coordenadora Internato do Curso de Medicina da Universidade Santo Amaro – UNISA. Membro do Departamento Científico de Bioética da Diretoria da Sociedade Brasileira de Pediatria e Membro da Sociedade de Pediatria de São Paulo.

16h10 – 17h15 - MESA 3- Reparação da Orfandade da COVID -19

Ementa: a reparação estatal pela presença de mortes evitáveis de genitores e cuidadores que provocaram a orfandade da COVID -19.

Presidente de mesa:

Milton Santos - Pedagogo. Coordenador Executivo da Coalizão Nacional Orfandade & Direitos da Criança e do Adolescente.

Expositores:

- **Ocorrência de Mortes Evitáveis na Pandemia da COVID-19**

Nésio Fernandes de Medeiros – Médico sanitário, especialista em Medicina Preventiva e Social e em Administração em Saúde. Secretário de Atenção Primária à Saúde (SAPS), do Ministério da Saúde. **(participação on-line)**

- **Coalizão Nacional dos Direitos da Orfandade da Criança e do Adolescente e Associação Nacional Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19**

Rogério Giannini – Psicólogo. Primeiro Secretário da Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME. Representante da Associação Vida e Justiça.

- **Orfandade: Expressão da Sindemia da COVID-19**

Aldaiza Sposati - Professora titular Sênior da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

17h15 – Encerramento

Ariel de Castro Alves – Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **(participação on-line)**

Público: Aberto ao público em geral.

Inscrições e Informações:

Evento gratuito e **exclusivamente** presencial, com tradutor de Libras

Local: **Auditório Queiroz Filho**, situado na Sede do Ministério Público do Estado de São Paulo (Rua Riachuelo, 115 – Térreo – Centro – São Paulo/SP).

É recomendado o uso de máscaras faciais de acordo com a Resolução nº 1.510/2022-PGJ, de 03 de agosto de 2022.

As vagas estão limitadas a 250 inscritos e serão preenchidas mediante ordem cronológica de inscrição.

Havendo vagas remanescentes o público-alvo interessado em participar do evento poderá se inscrever no local, até 15 minutos antes do seu início.

A inscrição pode ser feita pelo preenchimento de formulário on-line, disponível na página do CEAF/ESMP (www.esmp.mpsp.mp.br), **até as 12 horas do dia 24/02/2023.**

A lista de inscritos estará disponível no site da ESMP.

Eventuais informações e demais instruções para participação presencial no evento serão enviados para o e-mail informado na inscrição.

Haverá emissão de **Certificado de Participação**, sendo necessário **realizar a inscrição prévia, participar do evento e registrar presença**, para obtê-lo.

O certificado estará disponível **a partir do dia 06/03/2023**, no portal do aluno (esmp.overseebrasil.com.br).

Realização:

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Conselho Nacional de Justiça - CNJ
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do MPSP.
Escola Paulista da Magistratura
Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - EDEPE
Coalizão Nacional Orfandade & Direitos de Criança e Adolescentes
Grupo de Pesquisa de atenção aos Direitos da Criança e do Adolescente – PUC/SP